

## **Aproximações entre Foucault e Mbembe: a bio/necro política no devir sujeito dos que não importam**

Approaches between Foucault and Mbembe: the bio/necro politics in the devir subject of those who do not import

**Laura Henrique Corrêa**

[paulacss@id.uff.br](mailto:paulacss@id.uff.br)

Mestranda em Gestão Pública e Sociedade no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL campus Varginha.

### **Resumo**

Este ensaio teórico tem o propósito de realizar aproximações entre os conceitos de Michel Foucault e Achille Mbembe, demonstrando que a biopolítica do primeiro é base para a necropolítica do segundo, em uma roupagem de limite. Após uma breve exploração biográfica, a discussão bibliográfica aponta para a atual de redução das possibilidades do devir humano.

Palavras-chave: Biopolítica; necropolítica; devir negro; sujeito contemporâneo.

### **Abstract**

This theoretical essay has the purpose of making approximations between the concepts of Michel Foucault and Achille Mbembe, demonstrating that the biopolitics of the former is the basis for the necropolitics of the latter, in a boundary guise. After a brief biographical exploration, the bibliographical discussion points to the current reduction of the possibilities of human becoming.

**Keywords:** Biopolitics; Necropolitics; Foucault; Mbembe.

## Introdução

O ponto de partida para uma análise bibliográfica exploratória, que se torna experiência de pensamento, é buscar autores que constituíram uma tese inicial e observá-la na criação e seus desdobramentos contemporâneos.

É exatamente esse o objetivo deste estudo, de fazer aproximações entre autores de composição harmoniosa possível e estimulante, utilizando da história para constituir uma reflexão crítica de nosso tempo.

No primeiro caso, Michel Foucault, que delineou o poder, em uma microfísica e uma política que perde sua atuação soberana medieval explícita do “faz morrer” e transmuta-se na perspectiva de “deixar viver”, passou a expressar-se através da manifestação de controle das populações.

Já no segundo, insere-se em um cenário atual a contextualização de Achille Mbembe, um filósofo que introduz questão da classificação social pautada na raça e no modo de viver neoliberal contemporâneo, delineando o poder em sua ação microfísica e política, concordando com Foucault, e levando ao limite o “deixar viver” que se transmuta para o “deixar morrer” nas populações direcionadas à homogeneização.

Desta maneira, em meio à forma de organização social pautada na divisão, classificação e hierarquização, Foucault e Mbembe se enlaçam, um mostrando as ferramentas para identificação dos princípios e seu delineamento que se autoproduz socialmente há séculos e o outro demonstrando a operacionalidade atual desses conceitos.

Assim, quando Mbembe entra em jogo, ele utiliza a ferramenta disponibilizada por Foucault e observa o direcionamento da biopolítica para a necropolítica, campo em que não apenas Foucault tinha apontado como uma “origem do mal” que acompanha as sociedades.

Nessas classificações biopolíticas de Foucault que se direcionam à necropolítica de Mbembe, a mudança da forma de operação de um conceito predeterminado persistente por séculos no mundo fica evidenciada e, portanto, a hipótese que Mbembe apresenta parece ecoar em múltiplas vertentes, que buscarão ser apontadas nesse breve estudo, primeiramente conhecendo um pouco dos autores. Posteriormente, serão delineadas suas aproximações teóricas que farão as bases das reflexões que constam nas considerações finais.

## 1 A escolha dos autores

Paul Michel Foucault foi um pensador francês que nasceu em 1926 e viveu até 1984. Merleau Ponty foi seu professor, George Canguilhem orientador, e Jaques Derrida foi um aluno que se tornou amigo. Sua tese de doutorado foi descrita por Michel Serres como “o livro de todas as solidões”, revelando um Foucault bastante motivado emocionalmente pela sociedade excludente, pelos discursos de escárnio (correção e cura), rejeições sucessivas (GUTTING, 2016, p.28).

Se analisarmos a biografia do autor, o que seria um contrassenso até para ele, percebe-se motivações pessoais em traços de um pensador que se dedica à recuperação de si em relações teóricas, políticas e pessoais constantes.

Foucault se dedicou a estudar o sujeito, como nos inventamos sujeito, ou melhor, como desenhamos, produzimos sujeito. Essa invenção do humano mutável composta por relações de saber, poder, e de cada um consigo mesmo. Também relacionou essa constituição nos espaços, e as instituições que surgiram no ocidente com a modernidade. Ou, talvez, seja mais adequado se referir à constituição dos espaços nos sujeitos.

Quando pensa a formação do sujeito, Foucault privilegia a ação exercida sobre si sem se tornar escravo de si mesmo, como pode ser observado em alguns textos: o cuidado de si, a escrita de si, o corpo utópico, o filósofo mascarado, entre outros, que demonstra seu entendimento de um sistema de classificações biopolíticas e exclusões de grande inferência.

Ações sem sede de poder parecem ter interesse especial ao francês, como pode ser observado nos registros de sua aula inaugural, em 1970, no College de France “A ordem do discurso”, que contém um tom crítico forte quando reserva seu pensamento às limitações que as instituições forçam, por meio do controle dos perigos do discurso, uma suspeita a quem toma a palavra, um estímulo desestimulante ao autor.

Designado por si mesmo como um filósofo instrumento, pronto para ser experimentado, usado e extrapolado, tem em suas obras uma visão própria de metodologia, que são características de suas fases de ação, sua forma de esmiuçar o passado para o entendimento do presente.

Arqueologia, genealogia e problematizações. Não se tem aqui a pretensão de delinear os traços específicos de cada uma, mas de constituir bases de entendimento para

o que será utilizado nesta pesquisa, que busca em sua simplicidade tomar forma de dispositivo, ou seja, algo que incita uma potência de pensamento.

A primeira, de uma maneira simplificada pode-se compreender como um procedimento que lida com a história na perspectiva não linear, cheia de rupturas e sem um começo, meio e fim progressivo, pois seu objetivo não é analisar um possível progresso, mas sim como se fez. Desta maneira, as descontinuidades e conflitos são marcadores temporais que frequentemente rearranjam os conceitos e dão pistas não da verdade, mas da função atribuída a este conceito em determinado momento histórico (efeito de verdade).

Para a arqueologia como um procedimento de ação sem linearidade, Foucault utiliza o arquivo como estrutura, apoiando-se em um conjunto de documentos históricos para tecer seus conceitos a partir da análise dos acontecimentos, que entende como um processo que produziu esse efeito de verdade e, portanto, que foi registrado em arquivo. Assim desconfia muito de fatos, um registro fiel, optando por pensar o processo em que se produziu.

Em outras palavras, o método arqueológico analisa acontecimentos registrados em arquivo como cristalização de determinadas ideias, como uma camada que precisa ser escavada para desnaturalizar esses processos. Então, pode-se afirmar que arqueologia é uma ação que busca analisar a construção histórica na interação social em seus pequenos fragmentos, trazendo a desnaturalização das verdades pelo processo reflexivo, tomando o humano como construtor e, portanto, capaz de mudar os efeitos de verdade produzidos.

Já na fase da genealogia, Foucault insere a questão do poder nos acontecimentos, fazendo com que o discurso teórico formal e único seja observado como imbricado em um jogo de práticas discursivas e não discursivas em sistemas classificatórios. Esse adicional no pensamento arqueológico, que também não busca a gênese, possibilitou ao autor a ampliação de seus objetos de pesquisa, que na busca pela constituição do sujeito o situou em práticas individuais e coletivas.

Em sua última fase, das problematizações, Foucault utiliza-se da metodologia arqueogenealógica, uma mistura entre as duas primeiras citadas, inserindo-se em questões da atualidade em cada ano de seus cursos no College de France, bem como quando descreve a história da sexualidade que aborda a vontade de saber, o uso dos prazeres e o cuidado de si. Essa fase demonstra um intelectual engajado na defesa da sociedade pela

interpretação do sujeito na relação com o outro e nas relações coletivas com os governamentos - dos vivos pela biopolítica, de si e dos outros.

Percebe-se, então, uma filosofia como exercício da suspeita que tira os fundamentos e verdades sociais, uma forma de interrogar os efeitos produzidos, o que observamos como normalizado e porque entendemos cristalizado. Questiona sempre o que leva uma verdade a ser admitida como tal por todos. Se insere nessa relação prática buscando a retirada de parâmetros de pensamento. Um exercício constante de pensar a potência dos movimentos presentes em cada sujeito para a desconstrução e formas outras. Em outras palavras, produz com base em investigações do passado um diagnóstico do presente que aponta as possibilidades de ação.

Essa potência de ação é claramente incorporada por Joseph Achille Mbembe, um filósofo, atualmente professor na Universidade de Harvard. Nascido em Camarões no ano de 1957, se dedica a estudar as relações raciais interligadas com a política, produzindo trabalhos expressivos no meio filosófico-científico, com destaque para *Crítica da razão negra* (2018a) e *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte* (2018).

Para o autor contemporâneo, a influência de Michel Foucault é visível, todavia expressa-se como um teórico que vai além. Ele destaca que o poder soberano mudou de formato, e busca levá-lo ao limite, em que a política de morte é evidenciada.

É neste limite que este estudo pretende se desenvolver, demonstrando as convergências entre os pensamentos dos autores e os argumentos que levaram Mbembe a se destacar na evolução do pensamento racial como um dos mais radicais pensadores antirracistas da atualidade.

## **2 Classificações biopolíticas ou necropolíticas?**

No que pese os incontáveis sistemas de exclusão desenvolvidos ao longo da história, uma das primeiras experimentações da biopolítica, e também uma das mais cruéis, denunciada por Mbembe como necropolítica, é reputada pela escravidão, em que o homem escravizado tem, no mínimo, uma tríplice perda que engloba todas as possíveis formas de existência: seu lar, seu corpo e sua política. Uma expulsão da humanidade e necessária mortificação social, corporal e psíquica. O homem se torna objeto com

propriedade, morte em vida que, valorizada comercialmente, tem a violência legitimada como cerimonial (MBEMBE, 2018, p.27-8).

Em uma análise da Europa a partir de sua provincialização, colocando ao avesso as perspectivas enraizadas de um eurocentrismo, bem combinado ao estilo Foucault de análise crítica dos efeitos, Mbembe coloca lentes à biopolítica trazendo perplexidade, tormenta e, principalmente, a realidade.

Deste modo, na política contemporânea, as teorias normativas expressam a soberania em mão dupla: a autonomia dos seres e uma espécie de acordo coletivo. Mbembe se refere a esta descrição ironicamente, como sendo “o que dizem-nos que diferencia da guerra” (MBEMBE, 2018, p.9).

Conceituando razão como a verdade do sujeito (autolimitação) e política como o exercício dessa em âmbito público (autoinstituição), torna-se especialmente intuitiva a conclusão de que é possível instrumentalizar a existência humana e a destruição de determinados corpos e populações. A primeira impulsionada pela crença do sujeito controlador de seus próprios atos e a segunda na subordinação da proibição de matar aos costumes (MBEMBE, 2018, p.10-5).

Temos então dois problemas: de um lado o risco de morte acusado pela soberania e, de outro, a subordinação institucional alegada na necessidade justa de evitar a morte. São nessas alegações que Mbembe (2018, p.16) denomina a política como “o trabalho da morte”.

Se a política instrumentada pelas instituições é quem realiza o trabalho, a soberania (não necessariamente o Estado) é quem mantém suas características históricas, e Mbembe (2018) descreve como um velho direito soberano de matar, a cada tempo mais sutil, mas que igualmente torna possível a distribuição legítima das funções assassinas do soberano.

Aspectos ainda presentes da desonra humana demonstram a assertividade de Mbembe, como examinado por Arendt (2017, p.232), quando descreve raça como o fim da humanidade pela morte antinatural, que se reproduzia pelas mais diversas vias, se espalhando pelos tempos como se o ar que a humanidade respirasse contivesse o ódio e a irreflexão dos atos, justificado na manutenção da vida e no padrão de bons homens executores da norma.

Técnicas em série, impessoais, silenciosas e rápidas, uma solução final. Racionalidade produtiva. Administrativa. Burocracia. Prisão. Exército. Executores.

Normas. Câmaras de gás. Fornos. A comum desumanização em contornos modernos, a industrialização da morte.

Uma nova técnica que massificou práticas de extermínio tão presentes em nossa paixão por sangue, justiça e vingança. Marcas da barbárie presentes em nossa história e melindrosamente descritas por Foucault (2014, p.14-21): castigo–espetáculo. Cabeças cortadas. Procissão dos condenados. Pelourinho. Coleiras de ferro. Pancada. Fornalha. Patíbulo. Chicote. Roda. Ferro quente. Máquina de enforcamento. Guilhotina. Exibição de cabeças em estacas. O castigo, essa distinta arte das sensações insuportáveis, opera hoje com uma certa “discrição na arte de fazer sofrer” (FOUCAULT, 2014, p.13 e p.16).

Cada vez mais sutil, para o autor de “O nascimento da biopolítica”, o início do estabelecimento desta é marcado pelo surgimento do homem moderno entre os séculos XVIII e XIX, quando ele passa a ser centro dos saberes, o que não foi observado nos períodos anteriores.

Desta maneira, no período socrático a centralidade era dada ao cosmos, no clássico, à política pela instituição de poderes teológicos; no medieval, já com o poder assentado no cristianismo, a ciência incorpora a ideia de revelação. Assim o autor vai descrevendo que a centralidade do saber não esteve sempre no homem e esse fato se mostra significativo para o entendimento das novas relações estabelecidas.

Nesse centro de saberes operados pela técnica de estado de quantificação populacional, a estatística, se legitima uma prática, que dá forma ao modo de viver contemporâneo.

Esse provável desaparecimento da forma-homem e a recriação de um homem-objeto, que ao mesmo tempo é tomado como sujeito do conhecimento e objeto do saber, formam as bases de um interesse científico que cristaliza o homem como conceito a ser desvendado pelas diversas ciências.

Então, a vida centralizada e diagnosticada abre espaço para a gestão das populações, que privilegia os aspectos biológicos em uma perspectiva de homogeneidade, limitando a pluralidade humana aos preceitos vitais e assim diminuindo sua dimensão política, dialógica.

Em *Segurança, território e população* (2008a), Foucault faz uma análise do mundo grego em contraponto aos estados modernos, demonstrando que o poder pastoral e o poder soberano eram distintos, e posteriormente, no século XVIII, passam a ser

imbricados, até que o modo de gerir os estados passa a se confundir com o aspecto político, estabelecendo um processo de desaparecimento.

Essa constatação e consequências da violência exposta na retirada de uma dimensão humana também é marcada no pensamento de Hannah Arendt, em sua obra *A condição humana*, no paradoxo dos refugiados quando discorre sobre “aqueles em que só se resta o reconhecimento como seres vivos, a pura vida” (2014, p.333) ou ainda, para Agambem (2007) quando aponta a vida nua, ou Butler, nas análises sobre o precariado (2015).

Com a vida na pólis excluída por sua anulação e negação, o resíduo é o que se pode gerir, o biopolítico, que iguala a condição mínima de sobrevivência animal através de uma normalidade homogênea, garantindo, mais do que tudo, o governo sobre a vida. Daí a intensa preocupação com as estratégias que subordinam a política ao biológico, pois este foi o mecanismo que operou com êxito nos estados totalitários, como descreve Foucault (2008). Tais evidências apontam para os perigos da redução dos seres a classificações biopolíticas e a hierarquizações.

Desvelando essa perspectiva na contemporaneidade, Foucault (2008, p.155) revela que “na verdade, eles não fazem nada mais que acentuar essa sociedade de massa, essa sociedade de consumo uniformizadora e normalizadora, essa sociedade de signos e de espetáculos” identificando práticas mais medievais de uma extrapolação biológica que ainda opera insculpida nos estados pelo discurso de gestão, proteção e cultivo da vida no direito velado de matar. A paz realizada por um Estado, que segundo Mbembe (2018, p.33) “se comprometeria a civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar”.

Mbembe vai ainda além demonstrando que a “solução final” foi claramente a fusão de guerra e política, consolidando o direito de matar pelo racismo, homicídio e suicídio (2018, p.19-20). Nesta constatação, a eliminação biofísica do outro representa o potencial de vida para alguns. Uma vontade de poder como essência do ser, que ecoa na sociedade, em um certo tempo e condições.

O crítico das binaridades vai ainda mais longe abrangendo até mesmo a criação marxista clássica, que finda na abolição das relações de troca para a superação da distinção entre ser e consciência, como uma prática em que “o sujeito da modernidade marxiano é, fundamentalmente, aquele que tenta provar sua soberania” (MBEMBE, 2018, p.24-26).

Por outro lado, Mbembe (2018, p.40) reconhece a opressão e a falta de recursos mínimos dos corpos que não importam, categorizados, seja pela raça, pela a classe social, pelo gênero seja por qualquer outra possível existência que possa propiciar a objetificação que move a engrenagem de um sistema de privilégios.

A demarcação do local físico também ganha status de controle geográfico, produzem-se fronteiras e hierarquias que carregam a classificação de pessoas e, por conseguinte, o poder, a normalização e a violência.

Mbembe (2018, p.41) realça a combinação de poder disciplinar, bio e necro político, sendo “o mais bem sucedido exemplo a ocupação Palestina”. Nesses termos, observa a abundância de tudo que fere o humano. Fanon assim descreve:

A cidade do colonizado (...) é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada. (FANON apud MBEMBE, 2018, p.41)

Por uma fragmentação de território, proibição de acesso e comunicação implementa-se a segregação. Não se medem efeitos e danos e opera-se em uma soberania vertical que circunscribe terra, ar, água, colinas e vales. Nascem dispositivos óticos perpétuos, dilaceramento do corpo e asfixia da consciência, vigilância orientada permanente, onde “o olho atua como arma (...), matar se torna assunto de alta precisão (...) e população inteiras são o alvo do soberano” (MBEMBE, 2018, p.44 e 47).

O espetáculo mórbido toma visibilidade nos pedaços: dos espaços, dos corpos, dos ossos, das integridades possíveis aos sobreviventes, aos mutilados, aos homens que experimentam “o grau mais baixo da sobrevivência que é matar” (MBEMBE, 2018, p.62).

### 3 A constituição do “devir negro” no mundo

Pela primeira vez na história humana o substantivo negro deixa de remeter unicamente a condição atribuída aos povos de origem africana. Essa nova condição fungível e solúvel, a sua institucionalização enquanto padrão de vida e a sua generalização pelo mundo inteiro, chamamos o devir negro do mundo. (MBEMBE, 2018a, p.20)

Para se tecer uma reflexão do presente não é possível deixar de pensar o contexto que produzimos e nos produzimos como sujeitos. Desta maneira, pode-se inferir que pensar o neoliberalismo e suas características se faz importante para este estudo.

Em uma conceitualização demasiadamente simplificada, porém suficiente a esta construção, entende-se por neoliberalismo uma fase da história humana onde se evidenciam as relações de mercado, as tecnologias e suas relações com os seres. Na subjetividade, compreende-se a característica de um tempo que foge às mãos humanas e é convertido em força de reprodução, que também toma a forma de valor monetário.

Nessa junção, o ponto máximo se coloca onde o valor de mercado é atribuído a múltiplos aspectos da vida, como pode-se observar nos efeitos sociais de indiferença, categorias, quantificações, em outras palavras, a forma como se pretende racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais.

Com meios financeiros que se abrem, constrói-se um terreno ilimitado de mercado que se multiplica nos corpos e pensamentos, excluindo dimensões humanas, que buscam sobreviver em uma série infinita de dívidas insolúveis e culpas especificadas.

Chega-se ao princípio onde a alma, sustentação de todas as atividades orgânicas, também é capturada. Na vida psíquica, o empreendedor de si mesmo combina de maneira inédita essa reconfiguração permanente do ser, produzindo o sujeito moldável, na busca de maximizar-se: homem coisa, homem máquina, homem código, homem mercadoria.

Abre-se então uma fissura na maneira de classificação. O que fora relegado à raça, ao longo da história, pode-se relegar aos não maximizados, e ainda, reiterar sua própria culpa.

Esse novo caminhar social percorre da exploração do trabalho para a classificação dos que não tem utilidade alguma. Eis a convergência dos autores, no caminho da biopolítica para a necropolítica.

Através dessa mudança de eixo, que ao longo dos tempos se pode referir à divindade, à realeza, à biologia, à ciência, passa a ser a maximização, que tem como principal efeito a produção de sujeitos que não importam.

Há, portanto, um caminho bastante delineado na proposta de Mbembe (2018a): a tentativa de universalização da condição negra por mecanismos de mercado. Em outras palavras, o pobre que não gerar valores monetários se torna o que deve ser exaurido e eliminado. Esse seria o mundo vindo a ser negro, uma proliferação das condições desumanas, ou, como descreve, “o devir negro do mundo”.

Por outro lado, se a política de morte parece tão irrevogável quanto o surgimento da vida, Mbembe (2018, p.66), inspirado em Heidegger, profere que “se é livre para viver a própria vida somente quanto se é livre para morrer a própria morte”. Então, se resta apenas a escolha da morte, eis o espírito da liberdade, resistência que ecoa do “viver na dor”, as mais ricas expressões, de música, canto, danças, literatura, enfim, arte, o que torna real o impossível.

## Considerações finais

Se por muito tempo os conceitos móveis de raça e negro designavam experiências dilacerantes de corpos e pensamentos operados a partir de fora e inventados para significar classificação, exclusão e degradação humana, há um desígnio atual compatível, esse homem contemporâneo, que tem transformado sua carne em coisa e sua vida psíquica em mercadoria.

Enquanto sociedade, aprendemos a reproduzir o sistema classificatório na vida como algo natural, aprendemos como produzir o negro e expandimos. Um “racismo sem raças” que produz categorias racializadas, ancoradas no esgotamento produzido pela maneira que naturalizamos viver, que tem a finalidade de produzir mais discriminação e consequentemente mais privilégios.

Então talvez Foucault, que apontou o surgimento do homem contemporâneo no século XVIII como uma imagem desenhada na areia que desapareceria ao quebrar de uma onda, estivesse se referindo a este momento que Mbembe registra: o nascimento do sujeito do mercado e da dívida permanente, que carrega em si mesmo o peso das estruturas e a responsabilidade do fracasso social. Exaustos e exauridos, não há fração de

segundo para observar os condicionamentos a que se submete ao nascer, pois encontra-se demasiado atarefado em busca da sobrevivência, uma imagem em afogamento.

Apresentado o problema, fica a questão: como livrar-se dessa entidade estrangeira que nos habita e nos impede de constituirmos e conhecermos a nós mesmos na relação com os outros? Qual o motivo de reproduzir e naturalizar uma política de morte? Essas são questões que emergem da reflexão com esses autores, e após esse choque de racionalidade, quem de nós seria capaz de refutar que chegou o momento de começar por si mesmo? Vamos a práticas outras!

## Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. 12.d. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2014.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

*Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

*Vigiar e punir*. São Paulo: Leya, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

*Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018a.